

4. O TRABALHO SOB O CAPITALISMO: A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA COOPERATIVA HABITACIONAL E MISTA SHANGRI-LÁ COMO POSSIBILIDADE DE ALTERNATIVA AO TRABALHO ALIENADO

O desafio de buscar compreender as propostas alternativas dos trabalhadores no campo econômico, necessariamente, conduz-nos ao imperativo de compreender como na estrutura do sistema vigente o trabalho é organizado e concebido. Cabe-nos, também, entender como o trabalho sob o capitalismo, na condição de trabalho alienado se explicita.

Sob a ótica do trabalho no seu sentido ontológico, ou seja, como ação criativa do homem no processo de garantir a sua existência material e não-material, discutiremos também a sua centralidade na vida humana.

A análise da experiência concreta da Shangri-Lá, possibilitar-nos à perceber algumas questões apontadas no complexo terreno da realidade. Utilizando a fala de uma das moradoras da cooperativa, foi ver, tal qual a nova vida que se faz presente no velho corpo da mulher que espera seu filho, com que possibilidades o novo surge no caldo das velhas relações presentes na sociedade burguesa.

A partir do entendimento da centralidade do trabalho e considerando as características básicas do seu processo no capitalismo, apontadas por Marx, ou seja, a divisão entre sua concepção e sua execução, sua hierarquia e a sua fragmentação, buscamos

entender na experiência atual de geração de trabalho e renda da Shangri-Lá⁴⁰ – Restaurante Sabor Popular –, a participação das trabalhadoras no processo de planejamento e desenvolvimento dessa atividade produtiva, os níveis hierárquicos e a divisão do trabalho, bem como o sentido do deste para aquelas trabalhadoras.

Para tal, desenvolvemos entrevista direcionada⁴¹ com as trabalhadoras, tendo, como eixos norteadores, o histórico do empreendimento, seu desenvolvimento e organização. Utilizamos, também, um relatório sobre o Seminário de Trabalho e Renda da Cooperativa Shangri-Lá realizado em maio de 1999.

4.1. A Especificidade do Modo de Produção Capitalista

Para compreendermos o sistema capitalista, precisamos defini-lo e apreender, minimamente, as principais características históricas de seu surgimento. HUNT (1989) o conceitua, metodologicamente, como sistema econômico segundo seu modo de produção, modo de produção este que é definido pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção.

O modo de produção compreende: capacidade tecnológica, ligada à produção, que uma sociedade pode apresentar; os conhecimentos técnicos e organizacionais do processo produtivo, as especializações, como, também, todo o maquinário, espaço físico, instalações

⁴⁰ Em termos de experiência de geração de trabalho e renda na Shangri-Lá a fábrica de blocos e laje de concreto foi uma experiência que segundo alguns depoimentos foi positiva. Na época do trabalho de campo essa iniciativa econômica parou por falta de espaço uma vez que as obras do centro comunitário estavam em andamento. Em maio de 2000, segundo depoimento das trabalhadoras do restaurante, as atividades da fábrica estavam sendo retomadas.

⁴¹ Roteiro da entrevista está em anexo.

usadas na produção que compõem a tecnologia produtiva; e um aparato institucional de ordem superestrutural.

Um modo de produção deve garantir a manutenção do processo produtivo que, em outras palavras, significa reposição ou reparos na maquinaria, implantação de novos recursos, extração de matéria-prima e mais, garantias básicas de sobrevivência para a classe trabalhadora.

A possibilidade de um modo de produção manter-se por longos períodos históricos está diretamente relacionada à sua capacidade de não só produzir os recursos mínimos necessários para a sobrevivência, mas de produzir o excedente social, ou seja, o que ultrapassa às necessidades existentes para manter a reprodução da força de trabalho.

Ao longo da história, a humanidade desenvolveu diversos modos de produção, nos quais o trabalho, independente da forma de organização social, esteve sempre presente e, de um modo geral, a sociedade vem tendo representatividade em dois grupos ou classes sociais fundamentais⁴²: por um lado, um grupo que trabalha para produzir excedente social, sem, necessariamente, usufruir do mesmo e, por outro, um grupo minoritário, que controla e o detém. É na forma como são tencionados esses aspectos diferenciadores entre as classes fundamentais que são definidas as relações sociais de produção:

“Um modo de produção é, então, o conjunto social da tecnologia de produção (as forças produtivas) e os esquemas sociais através dos quais uma classe une suas forças

⁴² Ao falar em classes fundamentais, a literatura de vinculação marxista deixa claro a existência de outros grupos, classes ou fração de classe. Ver a este respeito OLIVEIRA, Francisco. “O Elo Perdido”. São Paulo, Brasiliense, 1987.

produtivas para produzir todos os bens, inclusive o excedente, e a outra dele se apropria (relações sociais de produção)" (ibid., p.26).

A base do modo de produção capitalista está na dupla dominação do capital sobre o trabalho, ou seja, de um lado está na forma de propriedade do meios de produção e, de outro, na forma de controle real sobre o processo de produção. Essa dominação não é estática ou definitiva, nem tão pouco foi estabelecida de uma vez por todas.

O movimento de acumulação de capital, que possui a capacidade de transformar mercados de trabalho, processos de trabalho, distribuição geográfica de produção produz novas condições da luta de classes, ideológica e política, e assim por diante. Com isso, essa dupla dominação adquire dinamismo de se reproduzir de acordo com as condições emergentes do movimento de acumulação de capital, ou seja, esse restabelecimento dinâmico de dominação é movido pela luta de classes (BRIGHTON,1992).

Segundo Marx, o sistema capitalista, ao mesmo tempo, é processo de trabalho, ação humana, voltado para uma perspectiva de produção de valor-de-uso e que sob esta perspectiva é definido como trabalho concreto individual, como também, processo de produção de valor:

"Isto significa que o capitalismo é um sistema social no qual uma quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário (valor) tem a propriedade de ser capaz de ativar e socializar mais tempo de trabalho ainda, e assim criar valor extra, excedente" (Brighton, 1992, p.16).

No processo de trabalho especificamente capitalista, podemos apontar dois fenômenos sociais:

“1. O trabalhador opera sob controle do capitalista que vela para que o trabalho seja executado rápida e ordenadamente e que não se desperdicem quaisquer meios de produção.

2. O processo de trabalho reúne os elementos de produção que o capitalista adquiriu, nomeadamente os meios de produção e a força de trabalho humana. O produto deste processo é a ele que pertence e não ao produtor imediato”

(Colectivo da Universidade de Berlin, 1978:51)

A produção do capital se dá tanto, no âmbito da troca, quanto, no âmbito da própria produção. Com relação ao primeiro aspecto, o capital, na forma de dinheiro, compra as mercadorias necessárias para compor um processo de produção, ou seja os meios de produção que representam a compra de matérias-primas, instrumentos de trabalho (ferramentas e maquinário) e a força de trabalho na forma de mercadoria. Quanto ao segundo aspecto, o seu desenvolvimento é uma condição para que as relações, na esfera da troca, sejam generalizadas.

Para garantir a hegemonia do processo de produção capitalista, o controle não se dá apenas no âmbito da própria produção, mas também fora dele, utilizando outros mecanismos de coerção. Há uma necessidade real do capital de ter controle do processo de trabalho, uma vez que, nele, é cancelada a separação formal do trabalhador dos meios de produção:

“O capital reúne os meios de produção e a força de trabalho e põe-nos a trabalhar, mas o faz de uma forma que é determinada pelo objetivo da valorização, de maximizar a produção de mais-valia e, tanto quanto possível, de eliminar todos os outros objetivos potencialmente conflitantes” (BRIGHTON, 1992, p. 17).

4.1.1. A Subordinação Formal e a Subordinação Real do Trabalho ao Capital

Numa primeira fase do desenvolvimento do capitalismo, o capital exercia uma subordinação formal em relação ao processo de trabalho. Havia produção de mais-valia, porém o controle real ainda não estava firmemente com os capitalistas, pois que havia ainda um certo grau de controle do trabalhador no interior do processo produtivo, o que lhe dava condições mais objetivas de reivindicação como classe trabalhadora. A subordinação formal é também uma forma de compulsão, que, pela primeira vez na história, assume uma forma econômica - venda da força de trabalho para garantia de sobrevivência. Para o trabalhador garantir os meios de subsistência, ele é obrigado a vender sua força de trabalho, o que permitiu ao capital exercer sobre ele maior domínio e, conseqüentemente, a possibilidade de extrair mais-valia.

A subordinação formal é, portanto, uma organização específica do sistema capitalista e mudanças na organização da produção material, fornecendo ao capital a possibilidade de ampliá-la. Constituindo a base real do seu desenvolvimento, associado outras a condições históricas favoráveis. No contexto da subordinação formal, o capital expropria, porém em condições que não lhe conferem um domínio e um efetivo controle sobre o trabalho.

As condições efetivas, não mais de uma subordinação formal, porém real do trabalho ao capital, dão-se mediante o surgimento do "autômato" e da maquinaria. É sob tais condições que o capital se habilita na materialidade de suas relações de produção, a extrair tanto mais valia absoluta, quanto, progressivamente, mais valia relativa.

As bases materiais da relação capital e trabalho no sistema impõem progressivamente a subordinação real. Isso acontece pelo desenvolvimento das possibilidades da extração da mais-valia relativa; pelo uso de maquinaria; pela ampliação consciente da ciência e da tecnologia; pela formação do exército de reserva industrial e pela produção em grande escala.

“As formas que constituem a base de subordinação real são: trabalho assalariado (trabalho sem nenhum acesso aos meios de subsistência exceto através da venda da força de trabalho); meios de produção sob a forma de mercadoria; meios de subsistência sob a forma de mercadorias; o produto sob a forma de mercadorias”(ibid. p.20).

A maquinaria representou a exacerbação da subordinação real, uma vez que permitiu ao capital exercer um comando real sobre o processo de trabalho em contraposição à cooperação simples e à manufatura. Pensando a conexão entre a maquinaria e a subordinação real do trabalho ao capital, Marx levantou três questões para discutir essa conexão: a) a separação real entre capital constante e capital variável, entre trabalhador e condições de trabalho; b) a organização objetiva do trabalhador coletivo substituindo a organização subjetiva: o fetichismo da tecnologia/capital fixo; c) A reprodução das relações de produção (processo de trabalho tornando-se o local desta reprodução) (ibid).

A separação real entre capital constante e capital variável está relacionada à produção em larga escala, que exige aplicação de uma quantidade ampliada de capital. Essa produção de larga escala, baseada na máquina, é um processo coletivo de produção e isto faz com que seja necessário, do ponto de vista do capital, que o processo de trabalho seja

supervisionado por alguém que represente os seus interesses. Dessa forma, o capital apropria-se das funções de especificação, organização e controle da produção, independentemente do trabalhador, e o faz numa relação antagônica em relação aos interesses da classe trabalhadora.

Essa relação antagônica não é estática ou homogênea e historicamente, é reproduzida sob novas condições. Nessa luta de classes, a hegemonia é do capital, que, estrategicamente, forja um contínuo revolucionar das forças produtivas. Na perspectiva da subordinação real, a relação do trabalhador com a máquina é de subserviência, sendo que, para alguns trabalhadores qualificados, a separação real pode significar a impossibilidade de realizar o seu trabalho, tal a dependência do mesmo do processo coletivo de trabalho, de grande escala.

A maquinofatura trouxe para o capital plenos poderes em relação ao capital constante. Com isso pôde organizar e planejar a produção de mercadorias sem referência às habilidades e aos ofícios tradicionais. É instaurada uma velocidade de produção, cujos limites não são representados segundo as possibilidades dos trabalhadores executarem suas tarefas, mas o processo de trabalho é planejado a partir do desempenho da máquina à qual o trabalhador deve responder. A possibilidade desse controle por parte do capital dá-se, efetivamente, porque ele reuniu, de forma hegemônica, os conhecimentos e materiais necessários para organização do processo produtivo baseado na maquinaria.

Na maquinofatura, passou a existir uma forma particular de trabalho coletivo, criando-se a necessidade do capital organizá-lo e supervisioná-lo, segundo seus interesses.

O capital monopolizou os conhecimentos necessários do trabalhador individual no processo produtivo, tornando-o um apêndice da máquina. Além de organizar e projetar os sistemas de máquinas, foi imposta uma disciplina de trabalho:

“A subordinação real é uma questão tanto do tipo de instrumentos de trabalho que são empregados quanto do tipo de combinação social que é imposta ao trabalhador, a efetivação do poder do capital sob a forma da disciplina fabril” (ibid, p.26).

Diferente da maquinofatura, na manufatura, os trabalhadores possuíam um certo controle sobre o conteúdo, a velocidade, a intensidade, o ritmo, etc., do trabalho. O capital, na manufatura, não exerce o controle sobre o conhecimento do trabalhador:

“(...) o processo de trabalho capitalista é aquela forma específica de trabalho coletivo baseada na maquinofatura na qual o capital, tendo o monopólio do conhecimento e do poder sobre as relações entre o trabalhador e os meios de produção, usa este poder, esta dominação real, a fim de fazer valer o objetivo da valorização” (ibid., 27).

Quanto à gerência capitalista, esta tem por objetivo a valorização do capital. A maquinofatura permite que o capital tenha poder e controle sobre o processo de trabalho, planejando e projetando o mesmo, a fim de obter o máximo de velocidade e intensidade na execução das tarefas, precisão, previsibilidade e qualidade máximas nas transformações a serem efetivadas no objeto de trabalho, continuidade na produção, trabalho barato e funções de trabalho tais que o trabalhador seja facilmente substituído, economia de matéria-prima, energia, etc.

Além de estabelecer e exercer o controle sob o processo de produção, o capital necessita, organizar um sistema de poder, a fim de manter a disciplina no processo de

trabalho. A organização de um sistema de produção, difusão e processamento da informação também é fundamental para o bom funcionamento das máquinas e das normas disciplinares.

Os sistemas de supervisão e de pagamentos de sanções, executados pelo capital dependem, do conhecimento que ele tem das propriedades e potencialidades objetivas dos sistemas de máquina, do poder que ele tem em virtude da possibilidade de substituição do trabalhador, da informação que lhe permite exercer continuamente esse poder (informação sobre a produção dos trabalhadores em termos tanto de quantidade quanto de qualidade):

“O processo de trabalho capitalista é a passagem do objetivo da valorização para uma organização social concreta de produção; é aí que o planejamento e a execução de sistemas de instalações físicas, processamento de informação e disciplina fabril constituem-se na materialização do poder que tem o capital de fazer seus objetivos sobre o trabalho”(ibid, p.32).

A organização do processo de trabalho nos moldes capitalistas apresenta três características básicas: a) a divisão entre trabalho intelectual e manual; b) o controle hierárquico; c) a fragmentação/ desqualificação do trabalho.

A divisão entre a concepção e execução é própria do processo de trabalho capitalista, o que nos permite falar numa inerente divisão entre trabalho intelectual e manual. A hierarquia também é inerente ao processo capitalista de trabalho, uma vez que, em sua própria natureza, ele é antagônico. A disciplina é necessária para que o capital

possa, entre outros procedimentos, alocar tarefas, impor velocidades e intensificações, punir a má qualidade.

Quanto à desqualificação, ela é fundamental, pois proporciona ao capital a possibilidade de estabelecer uma previsibilidade e padronização quanto às atividades fabris. Outro fator reside no fato de que, para o capital, é interessante, no processo de desqualificação do trabalhador, manipular o preço da força de trabalho, que, quanto mais barata e fácil de ser substituída, mais aumenta a possibilidade de aumentar suas taxas de lucro mediante a extração de mais-valia.

Três aspectos relacionados à desqualificação são elucidados. O primeiro se refere à mudança da relação do trabalhador com suas ferramentas de trabalho. Não é mais o artesão o dono do conhecimento, do processo e das ferramentas de trabalho mas um simples operador de máquinas. O segundo aspecto é que as funções que exigem qualificação específica para que possam ser operacionalizadas são subdivididas. O terceiro é que as tarefas tidas como não-qualificadas sejam separadas e distribuídas por diferentes postos, o que significa uma fragmentação adicional de postos já desqualificados.

4.2. O Trabalho Alienado sob o Capitalismo

Para compreender a realidade do trabalho em sua essência, ou seja, buscando romper com os fetiches e as aparências econômicas, Marx sinaliza duas formas para fazê-

lo: a primeira, vendo a essência subjetiva do trabalho na forma de trabalho alienado e a segunda, a essência objetiva do trabalho (FRANCO, 1990, p.58).

Partindo dos pressupostos da Economia Política, aceitando suas terminologias e leis, acatando como premissas a propriedade privada, a separação do trabalho, capital e terra, salários, divisão do trabalho, etc., Marx analisou e demonstrou que:

“(...) o trabalhador afunda até um nível de mercadoria, e uma mercadoria das mais deploráveis; que a miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume de sua produção; que o resultado forçoso da competição é o acúmulo de capital em poucas mãos, e assim uma restauração do monopólio da forma mais terrível; e, por fim, que a distinção entre capitalista e proprietário de terras, e entre trabalhador agrícola e operário, tem de desaparecer, dividindo-se o conjunto da sociedade em duas classes de possuidores de propriedade e trabalhadores sem propriedades” (Marx apud Fromm, 1970)

Nessa citação, Marx pontua a veracidade de um sistema que reduz o trabalhador a simples mercadoria, do aumento da produção e do poder que detêm os representantes do capital e que estão em sentido inverso à situação do trabalhador que é de miséria e alienação; da acumulação de capital nas mãos de poucos fazendo com que sejam (re)fortalecidos os monopólios e finalmente, refere-se à divisão da sociedade em duas classes fundamentais.

A alienação do trabalho que Marx desvenda tem seu ponto de partida na constatação de que a sociedade da mercadoria redimensionou o caráter do trabalho:

“O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo das coisas. O trabalho não cria apenas bens; ele também produz a si mesmo e o trabalhador como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens”(ibid, p.90).

O processo de alienação começa quando o produto do trabalho passa a ser fonte de lucro e deixa de ser um meio de subsistência direta e confirmação da existência do trabalhador. O trabalho torna-se para este, algo que lhe é estranho, que existe fora dele. Além disso, o seu trabalho tornou-se hostil, pois o operário tem uma relação servil quanto ao objeto produzido pelo seu trabalho. A mercadoria passa a ter uma força que parece ser independente do seu criador. A relação entre este e a sua produção é de estranhamento:

“A partir desse momento, o objeto que o trabalho produz enfrenta o seu produtor como um ser estranho, uma força independente. O produto do trabalho é o trabalho que se concretizou num objeto e, nesse sentido, é a objetivação do trabalho como fora antes; mas, agora, para o operário significa a perda de sua realidade, a entrada na alienação”(SANTOS,1982, p.35).

O trabalho é incorporado ao produto, ou seja a transformação daquele em “coisa física”:

“O próprio trabalho transforma-se em um objeto que ele só pode adquirir com tremendo esforço e com interrupções imprevisíveis. A apropriação do objeto aparece como alienação a tal ponto que quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital” (MARX apud FROMM,1970, p.91).

Discorreremos até agora sobre o primeiro aspecto que Marx considerou como determinante do trabalho alienado. O segundo aspecto refere-se ao fato de que, além do produto do seu trabalho ser estranho ao trabalhador, a própria atividade produtiva também o é. Dessa forma, a alienação do trabalho faz da atividade essencial do ser humano um sacrifício, uma negação do próprio trabalhador.

O fato do produto do trabalho ser estranho ao trabalhador é decorrente da própria estranheza do trabalhador no próprio processo de produção. A alienação do objeto do trabalho corresponde a uma “síntese da atividade da produção”, é a “desapropriação na própria atividade do trabalho” (FRANCO,1990, p.60).

A partir dessa breve reflexão sobre esses dois aspectos do trabalho alienado, abordaremos o terceiro e último. O homem, como ser consciente não apenas de si próprio como indivíduo, mas também cômico de que pertence a uma espécie, é um ser universal. Como espécie, não somente o homem, mas todos os animais, têm como base física de sua existência a necessidade de “viver da natureza inorgânica”. Uma vez que o homem é o mais universal dos animais, ele ampliou o âmbito da natureza inorgânica e, assim, do ponto de vista teórico, Marx nos afirma:

“Vegetais, animais, minerais, ar, luz etc., constituem (...) uma parte da consciência humana como objetos da ciência natural e da arte; eles são a natureza inorgânica espiritual do homem, seu meio intelectual de vida, que ele deve primeiramente preparar para seu prazer e perpetuação”(MARX apud FROMN, 1970, p.95).

Sob o ponto de vista prático e objetivo, o homem vive desses recursos naturais, na eminência de satisfazer suas necessidades vitais, tais como alimento, aquecimento, abrigo, etc. A natureza inteira é seu corpo orgânico, primeiro, como meio direto de vida e, segundo como objeto material e instrumental de sua atividade vital, ou seja o trabalho. Nessa ótica, a relação homem e natureza deve ser de intercâmbio, uma vez que é condição de vida do próprio homem. Marx reitera que o trabalho alienado não somente

“(...) aliena a natureza do homem e aliena o homem a si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital assim também o aliena da espécie. Ele transforma a vida da espécie em uma forma de vida individual”(ibdi).

A atividade produtiva está relacionada à vida da espécie, uma vez que é esta atividade que lhe garante a perpetuação, a reprodução da vida. E é o fato do homem desenvolver esta atividade de forma consciente que o diferencia dos outros animais, que o fazem intuitivamente. Por isso o homem é ente-espécie.

O trabalho alienado desloca o caráter coletivo da atividade produtiva e a redimensiona de forma individual quando a limita como uma atividade de garantir, unicamente, os meios de subsistência. Há um afastamento do objeto do trabalho, da vida-espécie e de sua condição de ente-espécie. Quando afirmamos ser homem alienado da vida-espécie, queremos dizer que o homem é alienado por outros homens igualmente alienados da vida humana.

“Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, mas o enfrenta como uma força estranha, isso só pode acontecer porque pertence a um outro homem que não o trabalhador.”(ibdi, p.99).

É através do trabalho alienado que se constrói a relação de apropriação do trabalho alheio pelo capitalista, sendo a propriedade privada o produto, o resultado do trabalho alienado.

4.3. A Centralidade do Trabalho na Vida Humana

Atualmente, os debates a respeito da categoria trabalho, neste contexto de crise, são demarcados por duas concepções teóricas distintas: de um lado, aquela que situa a categoria trabalho no plano da historicidade dos modos de produção material de existência vinculados pelo conflito das classes fundamentais - materialismo histórico-crítico; e de outro, a perspectiva da ação comunicativa e da pós-modernidade⁴³.

Na perspectiva marxista, o conflito na sociedade capitalista é fruto da própria natureza de suas relações sociais, que se constituem numa lógica classista e que, portanto, produzem interesses antagônicos entre a classe trabalhadora e a burguesia. Tais relações são constituídas por mediações de primeira e de segunda ordem. Nesta perspectiva,

“há uma mediação de primeira ordem, constituída pelo pressuposto da centralidade do trabalho como criador da condição humana, que recebe historicamente, mediações de segunda ordem que transformam o trabalho criador em alienação, mercadoria e força de trabalho (...). As mediações de primeira ordem dizem respeito às necessidades imperativas (historicamente variáveis) da espécie humana, que na sociedade capitalista são redefinidas pelas mediações das necessidades do capital

⁴³ Embora reconheçamos a importância de nos aprofundar em relação às diferentes correntes teóricas que vêm discutindo a questão do trabalho, não tivemos condições, melhor dizendo tempo, de encaminhar as nossas discussões neste campo. Optamos por privilegiar a perspectiva do materialismo histórico, traçando posteriormente algumas rasas considerações sobre a ação comunicativa e a pós-modernidade.

(mediações de segunda ordem)". (FRIGOTTO 1998, p. 28).

É por meio do trabalho que homem não apenas transforma a natureza a fim de garantir-lhe as necessidades imperativas de sobrevivência — comer, beber, vestir, proteger-se das intempéries da natureza —, mas também é pelo do trabalho que o homem se constrói socialmente e, fundamentalmente, faz sua própria história. Marx diz que toda a história da humanidade “não é senão a produção do homem pelo trabalho humano” e o define como

“(...) um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa força útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 1983, p.146).

Nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, de 1844, Marx (1970) fala sobre o elemento diferenciador da atividade vital dos homens e a dos animais. “O animal identifica-se com sua atividade vital. Ele não distingue a atividade de si mesmo. Ele é sua atividade. O homem, porém, faz de sua atividade vital um objeto de sua vontade e consciência”.

Os animais das diferentes espécies agem comandados pelos seus instintos. Seus movimentos são os movimentos de sua espécie. O homem embora pertença à natureza e pertença a uma espécie, faz escolhas, tem poder de decisão. Quando o trabalho não assume uma dimensão alienada no sentido já apresentado, o homem produz universalmente e não,

apenas, para responder o imperativo da sobrevivência. Assim, sob as relações produtivas capitalistas, podemos dizer que ocorre uma animalização dos homens que, necessariamente, precisam vender força de trabalho. Marx (ibdi) nos afirma:

“Sem dúvida os animais também produzem. Eles constroem ninhos e habitações, como no caso das abelhas, castores, formigas, etc. Porém só produzem o estritamente indispensável a si mesmos ou aos filhotes. Só produzem em uma única direção, enquanto o homem produz universalmente. Só produzem sob a compulsão de necessidade física, ao passo que o homem produz quando livre dessa necessidade”.

Frigotto (1992, p.7) diz que, diferente da perspectiva funcionalista e economicista, que, tomando elementos como as mudanças do conteúdo, da organização e da quantidade de trabalho ou seu deslocamento dos setores primário e secundário da economia para o terciário, para defender a idéia da não-centralidade na vida social (OFFE,1989) ou o fim do trabalho (SCHAFF,1990) “(...) a perspectiva *ontológica* desenvolvida por Marx e revisitada especialmente por Luckács e Gramsci nos mostra que é mediante o trabalho que os homens se produzem historicamente enquanto homens. O trabalho é, nesta perspectiva, dimensão intrínseca do devenir humano e é por ele que o homem se distingue do animal”.

Compreender o trabalho sob a perspectiva ontológica e não economicista traz, em seu bojo, uma dimensão ética e educativa. Primeiro, por permitir compreender de forma radical - ir à raiz - que o trabalho, sob o capitalismo, conforme sinalizamos anteriormente, diferente de ser manifestação de vida, é trabalho alienado, é uma mercadoria como outra

qualquer. Segundo, por entender o mesmo como princípio educativo. O mesmo autor nos diz, ainda, que:

“(...) a concepção ontológica de trabalho nos indica que o mesmo é princípio educativo, independente da existência ou não da escola. O fato de o homem, enquanto um ser da natureza, não poder prescindir da transformação da mesma para se produzir, e esta é uma lei imperativa, é fundamental que desde a infância incorpore e interiorize o dever de participar na produção material. Se esta socialização não se efetivar estaremos, como nos afirma Gramsci, formando mamíferos de luxo. Ou seja, homens que não fazem idéia de onde provêm as condições materiais que lhes possibilita existir”(ibdi, p.8).

Considerando os atuais questionamentos dos pressupostos teóricos do marxismo, concordamos com Jameson (1994), ao colocar que as crises do paradigma marxista se dão justamente quando o seu objeto de estudo fundamental está “mudando de aparência, ou passando por mutações”, qual seja, o capitalismo. Isto não quer dizer que enquanto homens do nosso tempo não tenhamos que responder a algumas questões específicas da materialidade histórica presente. Não podemos esquecer que as teorias são construções históricas. Konder (1992, p.132) diz que “de modo geral, o futuro da filosofia da práxis dependerá, com certeza, tanto da sua capacidade de auto-renovação teórica como da eficácia de sua presença na ação política. Sartre nos recorda essa interdependência logo nas primeiras páginas de *Crítica da razão dialética*: ‘A filosofia continua eficaz enquanto permanece viva a práxis que a engendrou, que a carrega e que ela ilumina’ ”.

Na perspectiva da Ação Comunicativa, há uma discordância quanto à centralidade do trabalho. Habermas coloca a centralidade da comunicação. Na sua busca de reconstituição do materialismo histórico sustenta “a tese de que Marx e equivocara ao

atribuir uma primazia fundamental à produção material, na sua definição da humanidade como espécie e na sua evolução histórica” (ANDERSON apud FRIGOTTO, 1998).

Konder (1992, p. 126) diz que:

“Habermas identifica a ‘razão instrumental’ ao trabalho e vê na interação a matriz da ‘razão comunicativa’. Para ele, a ‘razão comunicativa’ dá conta do ‘mundo da vida’, que não cabe nos esquemas explicativos sancionados pelo ‘sistema’ que a ‘razão instrumental’ teima em construir. É no plano da intersubjetividade, trabalhado pela ‘razão comunicativa’ que pode ser alcançado o verdadeiro consenso. No mundo atual, entretanto, as pressões da ‘reificação’ têm levado a uma espécie de ‘colonização’ do ‘mundo da vida’ pelo ‘sistema; e a ‘razão comunicativa’ fica subjugada pela ‘razão instrumental’”.

Na análise de Oliveira (1993) e de Perry Anderson (1985), Habermas abriu mão da centralidade do trabalho, uma vez que necessitava abandonar as categorias classe social e categoria conflito social.

Quanto à perspectiva da pós-modernidade, Frigotto (1998) coloca que não se trata de uma concepção unívoca. Ela assume diferentes significações e buscar compreender historicamente as suas diferentes manifestações, tanto no campo epistemológico quanto no político é a postura mais acertada para não trilharmos um caminho estéril.

O mesmo autor diz, também, que a crítica que:

“Ciro Flamarion (1997 e 1997^a), num confronto epistemológico com as raízes históricas da postura pós-moderna, com menos concessões, ressalta, porém, que sua positividade é o fato de tencionar aspectos da tradição iluminista, dando um foco mais importante à subjetividade humana e ao campo simbólico; e sua ampla negatividade consiste, em última análise, na ‘morte do homem, ou seja, sua eliminação como sujeito e objeto’ e, como consequência, a negação das ciências sociais” (ibid, p.33).

Embora não tenhamos estendido a nossa discussão em torno dos diferentes campos teóricos sobre a questão do trabalho, a positividade desse breve exercício intelectual é fazermos um movimento de releitura de nossos aportes teóricos. Apesar de um enfático discurso sobre a inaplicabilidade da teoria marxista, a história deve ser referendada como aquela que, inegavelmente tem algo a nos ensinar. Neste sentido, não é fadar o materialismo histórico-crítico à morte, mas repensá-lo, na materialidade específica da realidade atual, em que presenciamos uma aguda crise do sistema capitalista.

4.4. A Participação do Trabalhador no modo de Produção Capitalista

Nos dias de hoje sob o ideário de um novo modelo de organização do mundo do trabalho — o toyotismo —, a participação e a comunicação dos trabalhadores ganharam relevância, no processo produção capitalista, como fator de eficiência e qualidade. Se por um lado, quantitativamente falando, dispensa-se mão-de-obra, por outro, amplia-se a necessidade de uma intervenção qualitativa, mais abstrata do trabalhador no processo de produção. Sob alguns aspectos, há uma “inversão de sinais” se compararmos com o taylorismo-fordismo. De apêndice da máquina, o trabalhador controla, previne defeitos e otimiza o funcionamento dela. De trabalhadores, passam a serem chamados de “colaboradores” e se introduz a idéia de que a empresa é uma família.

A terceira revolução tecnológica caracteriza-se pela mudança qualitativa do novo modelo produtivo, que tem por base a “microeletrônica associada à informatização, a microbiologia e engenharia genética, que permitem a criação de novos materiais e novas

fontes de energia...” (FRIGOTTO,1995), além da substituição de uma tecnologia rígida, conforme o modelo taylorista-fordista, por uma tecnologia flexível. Nesses termos, mais do que nunca, o conhecimento assume uma acentuada centralidade no processo produtivo, em relação aos períodos anteriores.

A fábrica vertical, a diminuição da margem de erros, a produtividade do trabalho, a produção personalizada, a diminuição dos níveis hierárquicos, etc. compõem, também, a nova forma de organização e gerenciamento do processo de trabalho, que se pauta, principalmente, no que hoje se convencionou chamar modelo japonês de produção.

A nova base produtiva demanda um novo perfil de trabalhador, que precisa ser qualificado, significando ter capacidade de abstração, criatividade, iniciativa, dominar diferentes linguagens e conhecer todo o sistema de produção. Segundo Machado (1994), o trabalhador deve também “demonstrar cooperação, responsabilidade, organização, equilíbrio, disciplina, concentração e assiduidade. Esta forma grupal de organização constitui uma novidade capaz de introduzir ganhos de produtividade com a combinação de capacidades humanas, antes degradadas pelo esquema taylorista-fordista”.

Com a preocupação de elevar os níveis de qualidade e eficiência, o novo modelo de produção tem reconsiderado a participação e comunicação dos trabalhadores, como uma das estratégias de produtividade.

“La nueva cultura productiva há demostrado que si quieren redimensionar las activiades de los mandos medios, trabajadores directos y administración para permitir desarrollos más eficaces de las estrategias de productividad, se debe conceder una mayor importancia a los factores de

comunicación y participación, com el objetivo de transformarlos en verdaderos instrumentos reactivadores de organización de la empresa y de las relaciones laborales” (WILDE, 1995, p.93)

Na primeira e na segunda revolução tecnológica, encontramos uma ampliação da força física humana e grandes investimentos de capital na produção e expansão e implantação de novos conhecimentos científico-tecnológico (maquinaria) ampliaram a intensificação do trabalho humano por parte do capital. Na terceira revolução tecnológica, especificamente, assistimos a uma ampliação da capacidade mental e intelectual dos seres humanos. A introdução de autômatos no processo de trabalho possibilitou a redução dos postos. As fantásticas inovações tecnológicas no campo da microeletrônica, microbiologia, energia nuclear representaram uma maior capacidade de aumentar a produtividade e, ao mesmo tempo, reduzir os postos de trabalho. É a substituição de capital morto em detrimento ao capital vivo.

Shiroma (1996, p.142), analisando grandes empresas japonesas, ressalta as sofisticadas estratégias de controle do capital, que envolvem, entre outros elementos, um discurso de cooperação e participação do trabalhador. Após uma longa discussão sobre o comportamento deste nas grandes empresas japonesas, a autora conclui seu artigo dizendo que

“o discurso da Qualidade Total tenta mascarar o caráter coercitivo dos programas participativos alegando serem voluntários. (...) participar não é opção, mas falta de opção. Não podemos culpar o trabalhador por ‘estar vestindo a camisa da empresa’ quando a outra alternativa é tornar-se um ‘descamisado’ ”.

Ao trabalhador é negado o direito de escolha. Não há escolha se as opções são inexistentes, se as condições objetivas da vida humana são colocadas em segundo plano, numa dinâmica social cujo valor-de-troca se sobrepõe ao valor-de-uso.

Franco (1997, p.69), fazendo um estudo exploratório de algumas experiências concretas da participação de trabalhadores numa fábrica de sapatos esportivos da Superga, empresa de Turin transferida para o Vietnã, na fábrica da FIAT, em Betim — Brasil — e numa “maquiladora” — Componentes Elétricos S.A — no México, diz que

“a análise exploratória dessas experiências revela um quadro complexo de desafios em relação ao desemprego estrutural, à organização sindical dos trabalhadores, às políticas de participação do trabalhador para elevação da produtividade, às políticas de formação profissional e de requalificação da mão-de-obra”.

Referindo-se à fábrica da FIAT, em Betim, a autora aponta para o fato da hegemonia da empresa estar sendo construída “pela articulação de uma gama de recursos econômicos, culturais, assistenciais e recreativos”, que, numa conjuntura de ineficácia das políticas públicas sociais e a necessidade de manter do emprego, torna o caminho mais fácil para os interesses do capital.

Existe uma “engenhosa cooptação coletiva” que vem arrastando a classe trabalhadora para um processo de segmentação. O trabalhador é instado a ser um colaborador, tendo oportunidade de participar, criativamente, com sugestões, propostas e protestos, porém, efetivamente, não há participação no âmbito das decisões que tem a ver com a concentração e acumulação de capital.

4.5. Geração de Trabalho e Renda na Shangri-Lá: O Restaurante Sabor Popular

O quadro abaixo sinaliza os sujeitos envolvidos na experiência específica de geração de trabalho e renda, que para o desenvolvimento de suas atividades se organizou na forma de comissão – comissão de geração de trabalho e renda -, bem como as instituições de apoio.

Participantes da comissão	Posição que ocupam na cooperativa e no restaurante popular
Judithe	moradora e trabalhadora no restaurante sabor popular
Venônica	moradora e trabalhadora no restaurante sabor popular
Mara	moradora e diretoria da cooperativa
José	grupo de apoio vinculado à Igreja Católica e diretoria
Instituições de apoio	Forma de participação
CEDAC	Formação/Assessoria a Projetos de Geração de Trabalho e Renda
Comitê Taquara (Ação da Cidadania)	Infra-estrutura
Pastoral da Criança (Igreja Católica)	Infra-estrutura
Projeto de Cooperação Internacional (UFF/CEDAC/lá/SO DEPAZ/Shangri-Lá)	Infra-estrutura e Formação

Segundo depoimento de uma das trabalhadoras, “a cozinha já é uma idéia desde o início do projeto”, confirma-se o que já sinalizamos anteriormente no histórico sobre a Shangri-Lá, no qual, além do projeto de construção de casas, ficaram definidos também dois projetos de produção: a fábrica de blocos de concreto e vigas de laje e a cozinha

industrial. Podemos dizer que o Restaurante Sabor Popular, de cuja estrutura⁴⁴, hoje, faz parte uma cozinha industrial, um salão para servir as refeições, banheiros, etc., tem sua origem marcada no calor da construção das casas, quando era servida a “comida do mutirão”. Naquela época, não havia fogão industrial, geladeira, *freezer*, etc., “como não tinha ainda as casas, a gente fazia a comida no fogão à lenha”, conta uma das trabalhadoras.

Como não se tinha capital inicial – como ocorre na maioria dos grupos da mesma natureza —, a estruturação da cozinha foi-se dando com o trabalho voluntário nos mutirões, quanto com o apoio da Igreja Católica, via Pastoral da Criança, que cedeu o fogão industrial, o *freezer*, as panelas, os pratos, os talheres, enfim uma gama de objetos necessários à produção de comida; com a Ação da Cidadania que doou geladeira industrial, com o Projeto de Cooperação Internacional, que financiou as obras do centro comunitário, que resultando entre outras coisas, na reestruturação das obras da cozinha, na construção do salão de refeições, além de um salário mensal de RS 290,00 para cada uma das trabalhadoras, durante três meses⁴⁵.

Realçando um movimento de ruptura parcial com a lógica de acúmulo de capital e tendo como elemento encaminhador da reflexão a mediação da necessidade, fomos relatado que todos esses instrumentos de trabalho continuarão a ser utilizados no Restaurante Sabor Popular, enquanto em que o mesmo não tiver, ainda, estruturado as condições necessárias para a organização da produção do trabalho. À medida que isto ocorrer, esses instrumentos serão encaminhados para um outro grupo de geração de trabalho e renda que esteja necessitando desse capital inicial. A garantia com as reais

⁴⁴ O projeto arquitetônico está em anexo.

condições de uso dos mesmos deverá ser assegurado pelo grupo que os estava utilizando. Exemplificando, temos a fala de uma das trabalhadoras: "Se puder comprar a geladeira a gente passa para outra comunidade".

O abismo da lógica da propriedade privada que separa donos dos meios de produção daqueles que, necessariamente, vendem força-de-trabalho, tendencialmente vai perdendo sentido face à lógica da real utilização da mercadoria no sentido do valor-de-uso. No entanto isso não representa um rompimento com a propriedade privada, uma vez que, para tal, seria necessária a mudança do sistema capitalista. O que não representa, também, que essa experiência não possa engendrar elementos educativos no sentido de questionar a lógica da propriedade privada, que privilegia o valor-de-troca em detrimento do valor-de-uso das mercadorias.

O depoimento das entrevistadas pode também estar realçando que, embora a experiência na Shangri-Lá ainda esteja bastante voltada para o próprio grupo, existe um movimento de engajamento e compromisso com outros grupos, seja na própria sinalização dessa forma de apropriação dos instrumentos de trabalho, seja na participação da cooperativa no Fórum de Cooperativismo Popular e em outros fóruns de discussão sobre economia solidária.

Quando perguntamos sobre as tomadas de decisões no Restaurante Sabor Popular, foi-nos colocado que "tudo que acontece no dia-a-dia a gente leva para a comissão

⁴⁵Para uma observação mais detalhada do projeto de cooperação internacional, ver anexo.

decidir. Quem decide é a comissão". Foi-nos dito ainda, que ninguém decide nada sozinho. "todas decisões são coletivas". Nessa comissão, que se reúne periodicamente, são discutidas questões diversas, como: dificuldade de entrega das refeições, finanças (prestação de contas), queda nas vendas, reclamações de um modo geral, cálculos referentes ao preço das refeições, etc. Quanto à tomada de decisões no dia-a-dia do trabalho, as próprias trabalhadoras vão resolvendo os problemas à medida que ocorrem e elas decidem o cardápio, fazem as compras, dividem as tarefas (cozinhar, lavar louças, limpar o chão, etc). Percebemos existir uma divisão de tarefas no trabalho, mas que esta não se dá de forma rígida, embora elas tenham colocado que a "responsabilidade" com a tarefa de cozinhar é de uma delas. Sendo questionadas sobre a forma pela qual se chegou a semelhante divisão, elas foram relatando a inserção de cada uma delas nessa atividade produtiva, permitindo-nos perceber como se foi criando uma legitimidade no que se refere a sua posição no desenvolvimento do trabalho.

A referência da divisão do trabalho tendo como um dos eixos a divisão entre quem executa e quem planeja são redimensionados na difícil tarefa de se educar para o trabalho coletivo, que implica tomada de decisões coletivas, acatamento da vontade da maioria, respeito às diferenças etc.

"No início quem fazia a comida para o mutirão era eu (a que cozinha atualmente) e D. Maria do Nascimento (uma das moradoras). Na época em que tive que sair da cozinha porque meu marido estava desempregado e eu precisei trabalhar fora, o pessoal (outras cozinheiras) não ficou. E as pessoas falavam que não gostavam da comida".

Vemos que, perante o grupo dos moradores, bem como o de outros sujeitos envolvidos nessa atividade, seja como consumidores, ou trabalhadoras, existe um reconhecimento coletivo que legitima a posição que aquela trabalhadora assume no Restaurante como "responsável" pela cozinha.

Quanto à outra trabalhadora, diz-nos ela que está aprendendo a cozinhar com a companheira de trabalho. E que quando uma está fazendo compras ou mesmo fazendo algum dos afazeres domésticos, a outra vai "adiantando" o trabalho. "Ela cozinha, eu faço também mas não tudo, (...)" Percebemos que a socialização do conhecimento no ambiente de trabalho é constante. Quando perguntamos o que elas haviam aprendido com o trabalho no Restaurante Sabor Popular responderam: "A lidar com os outros. Eu não tinha muita paciência" ou "fazer pratos diferentes".

Ainda se referindo a alguns fatores que definiram a participação das trabalhadoras nesse empreendimento, uma delas diz que "algumas pessoas que entraram não tinham o espírito do trabalho, que é fazer bem feita a comida, lavar o chão, a louça bem direitinho". A preocupação com a qualidade da comida, em preservar os mais absolutos hábitos de higiene é facilmente presenciado no Restaurante Popular. Com isso, ele vai ganhando fama e ampliando o leque de clientes, embora isso não significa ser um empreendimento econômico de grande porte: a produção atual é de aproximadamente 45 quentinhas diárias. O Restaurante funciona de segunda a sábado e, eventualmente, domingo.

O monopólio capitalista, sinalizado por Marx e por outros autores da atualidade, no que se refere à dificuldade de experiências desse tipo, é clara. A conquista de um espaço no mercado é uma questão também posta. As dificuldades apresentadas pelas trabalhadoras, que ampliam ainda mais o leque de limitação referentes à distribuição e ao consumo do seu produto, foram estas: a divulgação, o acesso ao restaurante devido a própria localização geográfica das casas da comunidade, e ao carreto (transporte das refeições).

Interessante observar que a divisão das riquezas produzidas refletida na retirada mensal das trabalhadoras traz critérios distintos do capital: da legitimidade histórica dos sujeitos. A existência da diferença da retirada de dinheiro existente entre as trabalhadoras – uma ganha R\$ 290,00 e a outra R\$ 200,00 mensais – teve como justificativa as diferentes trajetórias e inserções no desenvolvimento do trabalho na cozinha, seja quando cozinhou para o mutirão, seja no Restaurante Sabor Popular. A que ganha mais está na cozinha desde o começo, e, além de ter o domínio do processo de trabalho como um todo, elementos, perante os consumidores sobre qualquer algum problema. Como a própria trabalhadora diz: “Deu uma zebra, é minha”.

Ainda no que tange à remuneração delas, foi-nos colocado que, caso haja condições e elas precisem fazer alguma retirada de dinheiro, a decisão é delas mesmas: “Tinha mês que ou tirava o dinheiro ou comprava mercadoria”. O conhecimento de todas as etapas do trabalho no Restaurante desde a produção até a comercialização traz um elemento diferenciador para o enfrentamento da falta de capital: “Com o patrão você sabe que ele tem dinheiro e aqui a gente sabe que não tem o dinheiro. Quando eu tinha patrão, às

vezes ele falava que não tinha o dinheiro para me pagar. No mesmo dia ele chegava cheio de bolsas de compra”.

Retiradas todas as despesas, 10% são destinados ao fundo da cooperativa, cuja estrutura utilizam: espaço físico, telefone, luz, água, o restante é investido no empreendimento. Segundo uma delas “o dinheiro que sobra a gente vai investindo”.

A cobrança por um “responsável” já mencionada não nos pareceu estar presente entre as trabalhadoras nas relações internas de trabalho, mas sim em outros sujeitos que participam no apoio, não ficou muito claro de onde, de fato, estaria vindo esta cobrança. Uma das trabalhadoras não concordando com a idéia de existir um responsável, fez a seguinte colocação: “se errou, é todo mundo junto”.

Quando perguntamos sobre quem controlava o trabalho, o horário, por exemplo, responderam “Se sai tarde, estamos trabalhando para a gente. A gente faz o nosso horário. Sabe que tem que chegar às sete e meia senão não dá tempo de fazer a comida”. Segundo as trabalhadoras, morar perto facilita conciliar o horário dos trabalhos domésticos com o trabalho no Sabor Popular, uma vez que do restaurante mesmo pode-se olhar as crianças. “Você trabalhando fora não pode levar”, diz-nos uma delas.

Objetivando traçar algumas relações entre a experiência de trabalho que pretende romper com alguns valores capitalistas e aquelas que não se propõem a tal, bem como perceber a existência de interesse das trabalhadoras em retomar as relações anteriores

trabalhistas. perguntamos se já haviam trabalhado em outro lugar e que diferenças percebiam entre o trabalho atual e o anterior.

As experiências anteriores de trabalho relatadas foram como operadora de caixa numa farmácia e como empregada doméstica. Uma delas colocou que a experiência anterior “é pior porque é mandada por patrão. O patrão manda, o gerente manda em você o dia inteiro. A diferença é que você se liberta do patrão. Já é uma grande coisa. (...) Isso aqui foi uma coisa que a gente conquistou. Isso para a gente é um orgulho. Muita gente não acredita, temos que mostrar que a gente tem capacidade, pode. É só ter fé e seguir em frente. Aqui não tem governo, é a gente mesmo”.

A outra companheira de trabalho disse que “para mim me libertar do patrão foi a melhor coisa” e que não larga essa forma de trabalhar, pois foi uma conquista: “Se eu sair da cozinha, não trabalho em lugar nenhum, pois não vou agüentar”.

Um elemento marcante na fala das entrevistadas foi o aspecto da conquista representado por essa experiência econômica ganha contorno de libertação — libertação do trabalho alienado. O fato de vivenciarem outro de tipo de relação de trabalho-pautado na socialização dos conhecimentos e tomadas de decisões, na divisão de responsabilidades, na divisão do trabalho referendado pela valorização da trajetória histórica dos sujeitos, conferindo-lhes legitimidade, no não estranhamento do produto, fruto das mãos que trabalham, etc. Não sentir-se mercadoria, vendo o fruto do trabalho não pertencer a outrem, representa a conquista definitiva pelo respeito à dignidade humana, e se constitui uma experiência humana que nos educa para sermos sujeitos construtores de nossa história,

recuperando a nossa auto estima e confiando em nossa capacidade de criadores mais universais de todas as espécies: “Eu nunca imaginava que eu ia conseguir fazer comida para tantas pessoas. É um orgulho”.

A experiência da Shangri-Lá, no sentido de conquistas que estão dentro de um patamar básico de condições humanas de existência, vem-se mostrando a contento. Considerando o patamar de precariedade a que, socialmente, aquele grupo é exposto, houve ganhos de dignidade humana. Infelizmente a experiência histórica dos trabalhadores, buscando responder aos imperativos da sobrevivência, tem demonstrado, que isoladamente, não temos chance de liquidar com o sistema capitalista. A ação política, necessariamente tem que estar articulada a diferentes organismos da sociedade civil, com vistas à construção de uma contra-hegemonia. Isto, porém, não significa que estes tipos de experiências sejam estéreis no sentido da revolução como um processo. Se no campo econômico e político, elas “vão mal das pernas”, no campo da formação humana, podem ser uma oportunidade de rompimento de uma visão pseudoconcreta da realidade.

Em referência ao aprendizado na participação do trabalho do Restaurante Sabor Popular , as falas das trabalhadoras eram as seguintes: “acima de tudo a coisa que você conquistou. Tanto aprende como ensina e mais tarde as pessoas podem passar para o outro e daqui a pouco mais ninguém tem patrão, se libertando desse povo que ganha em cima da gente”. “Para mim esse trabalho resultou a libertação do patrão. Representou respeito, liberdade. Para mim foi uma boa”.

Utilizando o relatório do Seminário Geração de Trabalho e Renda da Cooperativa Shangri-Lá¹⁵, como fruto de uma dinâmica chamada FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças)¹⁶, observamos os seguintes dados:

Fortalezas	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • A qualidade da comida e das profissionais que trabalham. • A variedade do cardápio. • A qualidade do atendimento aos clientes. • A cooperativa Shangri-Lá tem uma identidade reconhecida, respeitada; • Centro Comunitário, o telefone, o fogão, o freezer e demais equipamentos; • A experiência organizativa adquirida ao longo da caminhada feita anteriormente (mais de 5 anos) 	<ul style="list-style-type: none"> • As parcerias: paróquia, Ação da Cidadania, Bento Rubião, CEDAC, SODEPAZ; • Financiamento obtidos; • Segundo Concurso Ação da Cidadania da Associação dos Funcionários do Banco do Brasil; • Mutirão para construção do Centro Comunitário (venda de quentinhas aos que aí trabalham); • Articulação da cozinha com a Cooperativa Constrói-Fácil para a venda de quentinhas aos cooperados; • Apoio do Arnóbio para a entrega das quentinhas; • Fórum de Cooperativismo Popular de Reforma Urbana; • A conjuntura política atual: Secretaria Estadual do Trabalho nas mãos do PT; • Fornecedor de cereais oferece a nós preços abaixo do praticado no mercado; • Demanda diversificada

¹⁵ Os objetivos desse seminário sinalizado no referido relatório foram: "Elaborar conjuntamente uma visão de GTR (Geração de Trabalho e Renda) que seja auto-sustentável, integrada, autogestionária e que contribua para a construção de uma economia solidária; Sair daqui com um diagnóstico da situação atual da GTR na Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá, a fim de preparar os passos seguintes: Identificar desafios, colocá-los em ordem de prioridade e elaborar um plano de ação de curto e médio prazo".

¹⁶ Participaram deste seminário representantes da Igreja, moradores da Shangri-Lá, representantes do CEDAC, AGP e COPERCOM.

Fraquezas	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Pouca divulgação • Falta de pessoas para assumir as compras e o serviço de entrega; • Falta de transporte; • Pouca articulação entre o conjunto da Cooperativa Shangri-Lá e a cozinha; • Falta maior conscientização e respeito as regras de convivência; • Não Ter condições de comprar direto do produtor para baratear custos; • Falta pessoas para substituir as profissionais da cozinha quando acontece algum imprevisto; • Falta mais empenho de cada um de nós para levar adiante, com sucesso, a cozinha. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de acesso ao local por problemas relacionados com a vizinhança próxima; • Não conseguir renda suficiente para garantir a remuneração das profissionais quando terminar o financiamento da SODEPAZ; • Concorrência desleal de outros produtores de quentinhas da região; • Aspecto da comunidade no caminho que leva da rua principal onde termina o asfalto até chegar à cozinha; • Falta de apoio da comunidade (mais ampla) • Falta de informação e/ou informação desencontrada.

Em nossa entrevista, que foi posterior ao seminário e que contou apenas com a presença das trabalhadoras, estas deram o seguinte depoimento: “São muitas barreiras que a gente esta enfrentando e estamos conseguindo enfrentar (...)”. A cultura autoritária que imprime nas relações de trabalho a lógica do capitalista da divisão entre quem concebe e executa o trabalho foi outra dificuldade apontada: “As pessoas entram com mentalidade de patrão e empregado. Às vezes não é culpa da pessoa. Já está acostumado a ser mandado”.

No entanto, para aquelas trabalhadoras, algumas coisas no entendimento a respeito do trabalho mudaram. O trabalho para elas é “meio de sobreviver. É bom trabalhar”. A outra completa dizendo: “Ainda mais numa coisa que você conquistou. Mesmo o pouquinho que tem, já ajuda. É dinheiro suado, que você está trabalhando e você conseguiu ele”. É o trabalho embuído de novas esperanças que, apesar da dureza do dia-a-dia, que engessar-lhe os limites da sobrevivência, faz da utopia uma necessidade constante.